

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/064

**Aos Administradores da**  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA.  
Medina - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

O ChildFund Brasil vem desenvolvendo estratégias e instrumentos para aprimorar a relação com a rede de parceiros, visando não só potencializar sua capacidade operacional de apoio técnico, bem como encorajar a busca por outras fontes de recursos para se tornarem organizações sustentáveis. A ferramenta SID – Sustentabilidade, Incorporação e Distrato, determina as Entidades que são sustentáveis para permanecerem na rede, as Entidades que para se tornarem sustentáveis passarão por processo de incorporação, e as Entidades que sofrerão distrato por não serem sustentáveis e nem candidatas a incorporação. De acordo com análise, a expectativa para os próximos exercícios (2020-2022) é a incorporação e desfiliação de algumas entidades. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de abril de 2018, sem modificações.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019.



**Gilberto Galinkin**  
Contador CRC MG - 035.718/O-8  
**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**  
CRC MG - 005.455/O-1



**Cristina Braga de Oliveira**  
Contadora CRC MG - 079.371/O-6  
**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**  
CRC MG - 005.455/O-1

**QUADRO 1**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA - ASCOMED**  
 Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	<b>3</b>	39.352	38.641	Fornecedores		2.022	5.122
Despesas antecipadas		3.099	3.215	Salários e encargos sociais	<b>5</b>	2.656	1.765
Outros recebíveis		3.816	347	Provisões de férias e encargos	<b>6</b>	13.759	13.728
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>46.267</b>	<b>42.203</b>	DFC's a repassar	<b>7</b>	17.739	18.771
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>36.176</b>	<b>39.386</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>PERMANENTE</b>				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Imobilizado	<b>4</b>	109.060	124.429	Patrimônio social	<b>9</b>	127.246	149.536
				Déficit acumulados		(8.095)	(22.290)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>109.060</b>	<b>124.429</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>119.151</b>	<b>127.246</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>155.327</b>	<b>166.632</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>155.327</b>	<b>166.632</b>

**QUADRO 2****ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA - ASCOMED**

Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<b>Notas Explicativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Doações do Child Fund Brasil	<b>10</b>	358.142	295.934
Subvenções e doações governamentais	<b>10</b>	5.900	1.800
Subvenções e doações não governamentais	<b>10</b>	1.392	4.902
Trabalho Voluntariado	<b>15</b>	5.004	3.691
Isenção de tributos- INSS	<b>13</b>	45.004	42.735
Doações de empresas e outras ONGs	<b>10</b>	813	856
Doações de associados e da comunidade	<b>10</b>	899	1.019
Receitas financeiras		218	128
Outras Receitas		4.770	34
		<b>422.142</b>	<b>351.099</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas com pessoal e encargos		(173.726)	(172.152)
Serviços de terceiros		(59.483)	(44.504)
Trabalho Voluntariado	<b>15</b>	(5.004)	(3.691)
Isenção INSS	<b>13</b>	(45.004)	(42.735)
Materiais diversos		(49.518)	(39.065)
Despesas com depreciação		(16.979)	(17.762)
Despesas financeiras		(7.555)	(7.728)
Devolução de Recursos		-	(1.230)
Despesas gerais		(72.968)	(44.522)
		<b>(430.237)</b>	<b>(373.389)</b>
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(8.095)</b>	<b>(22.290)</b>

**QUADRO 3****ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA - ASCOMED**

Demonstrações das mutações do patrimônio social em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

<b>Descrição</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Déficit Acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>210.348</b>	<b>(60.812)</b>	<b>149.536</b>
Incorporado ao patrimônio social	(60.812)	60.812	-
Déficit do exercício	-	(22.290)	(22.290)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>149.536</b>	<b>(22.290)</b>	<b>127.246</b>
Incorporado ao patrimônio social	(22.290)	22.290	-
Déficit do exercício	-	(8.095)	(8.095)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>127.246</b>	<b>(8.095)</b>	<b>119.151</b>

**QUADRO 4**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA - ASCOMED**  
 Demonstrações de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(8.095)</b>	<b>(22.290)</b>
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	16.979	17.762
	<u><b>8.884</b></u>	<u><b>(4.528)</b></u>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>		
Despesas antecipadas	116	-
Outros recebíveis	(3.469)	(166)
	<u><b>(3.353)</b></u>	<u><b>(166)</b></u>
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	(3.100)	4.671
Salários e encargos sociais	891	(1.546)
Provisões de férias e encargos	31	2.398
DFC's a repassar	(1.032)	609
Subvenções a apropriar	-	(25.083)
	<u><b>(3.210)</b></u>	<u><b>(18.951)</b></u>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u><b>2.321</b></u>	<u><b>(23.645)</b></u>
<b>FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Adições ao ativo permanente	(1.610)	(2.309)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<u><b>(1.610)</b></u>	<u><b>(2.309)</b></u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>711</b></u>	<u><b>(25.954)</b></u>
<b>Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.641	64.595
Caixa e equivalentes de caixa do final do exercício	39.352	38.641
<b>Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa.</b>	<u><u><b>711</b></u></u>	<u><u><b>(25.954)</b></u></u>

## **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE MEDINA – ASCOMED**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em reais)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação Comunitária do Município de Medina – ASCOMED é uma pessoa jurídica de Direito Privado, de objetivos filantrópicos, sendo reconhecida como de utilidade pública a nível municipal, estadual e federal. Tem por finalidade promover o crescimento humano e desenvolver a potencialidade de sua clientela infanto-juvenil, formando o cidadão consciente, através do atendimento às suas necessidades básicas. Conta com o apoio da comunidade, órgãos públicos e do ChildFund Brasil. Atende aproximadamente 1.007 crianças da comunidade carente do município e região de Medina, Minas Gerais. Os resultados obtidos em suas operações são reaplicados no seu próprio objetivo social. É regida pelo seu estatuto social e pela legislação aplicável às entidades desta natureza.

### **2. BASE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

#### **2.1. Base de Apresentação**

As demonstrações financeiras para o exercício findos em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC ITG 2002 R1 Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

#### **2.2. Políticas contábeis**

##### **a. Receitas e despesas**

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 R1 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

##### **b. Estimativas e premissas contábeis**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões e estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

### c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### e. Trabalho voluntário

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixas – Subsídio	876	298
Banco Bradesco – Subsídio	30.793	-
Banco Bradesco – Conta Auxílio	5.814	3.721
(-) Cheques a compensar	-	(10.642)
Aplicação B.Brasil Superávit	1.867	45.264
Provisão IRRF s/Resgate	2	
	<u>39.352</u>	<u>38.641</u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em certificados de depósitos Bancários, com remunerações atreladas ao CDI. Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Entidade sem qualquer ônus.

#### 4. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<b>Taxa de depreciação ao ano %</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Prédios e construções	4%	140.465	140.465
Instalações	4%	1470	1470
Máquinas e equipamentos	10%	29.408	28.001
Móveis e utensílios	10%	22.194	24.374
Acervo Literário	10%	3.822	3.822
Veículos	20%	53.574	53.574
Equipamentos de proc. eletrônico de dados	20%	20.699	21.198
		<u>271.632</u>	<u>272.904</u>
Depreciação acumulada		(162.572)	(148.475)
<b>Imobilizado</b>		<b><u>109.060</u></b>	<b><u>124.429</u></b>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>Baixas</b>	<b>Adições</b>	<b>Transf./Ajustes</b>	<b>Saldo em 31.12.2018</b>
<b>Custo</b>						
Prédios e Construções	4%	140.465	-	-	-	140.465
Instalações	10%	1.470	-	-	-	1.470
Veículos	20%	53.574	-	-	-	53.574
Máquinas, Apar. e Equip.	10%	28.001	(203)	1.610	-	29.408
Equip.de Process.Eletr. de dados	20%	21.198	(500)	-	-	20.698
Móveis e Utensílios	10%	24.374	(2.179)	-	-	22.195
Acervo Literário	10%	3.822	-	-	-	3.822
		<b>272.904</b>	<b>(2.882)</b>	<b>1.610</b>	<b>-</b>	<b>271.632</b>
<b>Depreciação</b>						
Prédios e Construções		(54.304)	-	(5.431)	-	(59.735)
Instalações		(706)	-	(147)	-	(853)
Veículos		(35.260)	-	(6.050)	-	(41.310)
Máquinas, Apar. e Equip.		(18.812)	203	(2.224)	-	(20.833)
Equip.de Process.Eletr. de dados		(17.229)	500	(2.101)	-	(18.830)
Móveis e Utensílios		(18.342)	2.179	(1.026)	-	(17.189)
Acervo Literário		(3.822)	-	-	-	(3.822)
		<b>(148.475)</b>	<b>2.882</b>	<b>(16.979)</b>	<b>-</b>	<b>(162.572)</b>
<b>Total da conta</b>		<b>124.429</b>	<b>-</b>	<b>(15.369)</b>	<b>-</b>	<b>109.060</b>

A entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

## 5. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Os salários e encargos sociais apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FGTS	1.396	1.471
INSS	976	3
PIS	175	184
IRRF	43	35
Contribuição Sindical a recolher	-	-
Seguro de vida de funcionários	66	72
Auxílio Saúde, Lazer e Educação	-	-
<b>TOTAL</b>	<b><u>2.656</u></b>	<b><u>1.765</u></b>

## 6. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresenta a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de Férias	12.623	12.594
FGTS sobre férias	1.010	1.008
PIS sobre férias	126	126
<b>TOTAL</b>	<b><u>13.759</u></b>	<b><u>13.728</u></b>

## 7. DFC's (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo anterior	18.771	18.162
DFC's recebidos destinados às crianças	66.271	89.749
DFC's repassados à crianças	(67.303)	(89.140)
<b>Saldo a repassar para crianças</b>	<b><u>17.739</u></b>	<b><u>18.771</u></b>

## 8. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES A APROPRIAR

Os Saldos de doações e Subvenções a apropriar no passivo circulante são provenientes de recursos do Governo Municipal e Estadual (Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE). Os valores estão apresentados em conformidade com a resolução do CFC n 1.305 de 25/11/2010 e o NBC TG 07 – Subvenções e Assistências Governamentais.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Recurso FIA 2017</b>		
(+) Subvenção recebida	5.900	1.800
(-) Subvenções Apropriadas	(5.900)	(1.800)
<b>Saldo de Subvenções a apropriar - Municipal</b>	-	-
<b>Convênio 1481002206/2016 - SEDESE</b>		
Saldo inicial a realizar	-	67
( + ) Subvenção recebida	-	-
( + ) Rendimento Aplicação Financeira	-	-
( - ) Recurso devolvido à SEDESE	-	(67)
( - ) Subvenções apropriadas	-	-
<b>Convênio 1481002752/2016 - SEDESE</b>		
Saldo inicial a realizar	-	25.016
( + ) Subvenção recebida	-	-
( + ) Rendimento Aplicação Financeira	-	1.341
( - ) Recurso devolvido à SEDESE	-	(26.357)
( - ) Subvenções apropriadas	-	-
<b>Saldo de subvenções a apropriar – Estadual</b>	-	-

## 9. PATRIMÔNIO SOCIAL

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica “Superávit/Déficit acumulado” e são transferidos para a conta de Patrimônio Social após a aprovação da administração. Em 2018, foi aprovada pela administração a incorporação do déficit no montante de R\$ (22.290) referente ao resultado apurado em 2017.

O déficit apurado em 2018 no valor de R\$ (8.095) será objeto de aprovação para incorporação no exercício seguinte.

## 10. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício, registradas em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recursos do ChildFund	358.142	295.934
Doações e Subvenções públicas	5.900	1.800
Doações de empresas e outras ONGs	2.205	5.758
Doações da comunidade	899	1.019
<b>TOTAL</b>	<b>367.146</b>	<b>304.511</b>

## 11. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas de forma segregada por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais - INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Em atendimento ao disposto no Decreto no. 8.242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005 concedeu como gratuidades em 2018 o montante de R\$ 368.254 (R\$ 312.892 em 2017).

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas operacionais	430.237	373.389
Contribuições sociais – INSS Quota Isenta	(45.004)	(42.735)
Despesas com depreciação	(16.979)	(17.762)
<b>TOTAL</b>	<b><u>368.254</u></b>	<b><u>312.892</u></b>

## 12. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a entidade mantinha cobertura de seguros para suas instalações e bens, em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 13. ISENÇÃO DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2018, em função de a entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de receitas, e totalizou R\$ 45.004 (R\$ 42.735 em 2017).

## 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

## 15. TRABALHO VOLUNTARIADO

Os trabalhos voluntários do Grupo Governança e Grupo de apoio foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado.

<b>Governança</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Quantidade de horas	184	80
Valor h/h	23,35	24,95
Valor total - R\$	<b>4.296</b>	<b>1.996</b>

<b>Grupo de Apoio</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Quantidade de horas	163,5	387
Valor h/h	4,33	4,38
Valor total - R\$	<b>708</b>	<b>1.695</b>

### ASCOMED

**Daniela Inácio Gomes da Silva**  
RG M.10.578.400  
CPF: 332.591.928-67

**José Santos Gomes Farias**  
Contador- CRC/MG: 046.066/O-5

\*\*\*\*\*